

Percebi que não havia outro tema e porventura outro poeta na nossa língua, outro que contasse tanto, e contasse tudo



o desconcerto do mundo

LEMBRO-ME DE TER ESTUDADO CAMÕES, COMO TODA A GENTE, “O ÉPICO E O LÍRICO”, e gostei daquele portuguesismo interrogativo e inquieto, mais do que do esplendor de Portugal, que, confesso, nunca me tocou; mas muito mais vezes citava o poeta “neopetrarquista”, como classificavam os manuais, à época eu entendia sobretudo esse amor idealizante, depois vi claramente o Camões sensual e experimentado, tumultuoso, caótico até, com musas várias, de grandes e pequenos instintos, meninas e mulheres que aparecem e desaparecem e que é preciso defender como um manuscrito, daqueles que salvamos a nado. Eu sou devedor em tudo ao soneto que começa “um mover de olhos, brando e piedoso”, não naquilo que escrevo, bem entendido, mas na minha vida, facto que tem sido notado, com insistente escárnio. Mais tarde, cheguei aos poemas ditos “do desconcerto do mundo”. Quando os encontrei, era demasiado novo, conhecia alguns desconcertos, mas nunca me lembraria desse termo filosofante, que nem compreendia bem; e não saberia chamar à minha pequena vida ‘o mundo’ ou sequer parte do mundo, antes um istmo ou arquipélago, coisa contígua ao mundo, mas dele nunca fazendo parte por inteiro, maleita da qual nunca me livre, o que tem sido notado, com escárnio insistente. Quando se me foi chegando a idade de meio caminho, esta de agora, mas à qual aportei antecipadamente, demasiado cedo, percebi que não havia outro tema e porventura outro poeta na nossa língua, outro que contasse tanto, e contasse tudo. Porque todos os nomes que ia dando à minha experiência negativa do mundo eram insuficientes. Havia frustração, desalento, incompreensão, incompletude, desânimo, desconformidade, mas soavam a queixumes, e queixumes meus, respeitantes a um ‘eu’ que era o meu e que, por esse facto, dificilmente interessavam a mais alguém, excepto a quatro ou cinco pessoas que por sangue ou afecto se importam. “Desconcerto”, pelo contrário, não era um termo psicologista nem sentimental. Desconcerto não era uma característica minha, ou de Camões, ou de quem fosse, mas um atributo do mundo. Era um estado em que o próprio mundo se encontrava, e que nós, ao considerá-lo, apenas verificávamos: um mundo confuso, absurdo, sem sentido, desacertado, desordenado, desvairado, dissonante,

transtornado. Nem nos momentos mais felizes, fugazes ou não, acreditei que ‘o mundo’ fosse outra coisa que não isso. E isto tem, inevitavelmente, uma dimensão moral. Cito ‘Esparsa ao desconcerto do mundo’: “Os bons vi sempre passar/ no mundo graves tormentos;/ e, para mais m’espantar,/ os maus vi sempre nadar/ em mar de contentamentos”. Talvez nem todos os maus, ou aqueles que por facilidade assim considero, nadem num mar de contentamento; mas todas as pessoas que considere até hoje verdadeiramente boas passaram graves tormentos, muitos dos quais devido à sua bondade, que eu defino de forma falível e discutível, mas veemente. Quando há dias me perguntaram: “De que vale a pena ser bom?”, não soube responder, ou não quis, porque daria uma resposta ética, desligada do sofrimento. E a ética pode destruir a esperança dos esperançosos. Até porque, mais tarde do que outros talvez, mas não com menos impiedade, também eu fui quebrado pelo desconcerto, por esse choque com o mundo que faz de nós pessoas más, porque ser bom nos deixa desarmados, nos atira aos leões. E aos poucos, e depois de súbito, aconteceu-me o mesmo que ao sujeito poético da ‘Esparsa’: “Cuidando alcançar assim/ o bem tão mal ordenado,/ fui mau, mas fui castigado:/ Assim que, só para mim/ anda o mundo concertado.

pedromexia@gmail.com Pedro Mexia escreve de acordo com a antiga ortografia

Esparsa ao desconcerto do Mundo

Os bons vi sempre passar
No Mundo grandes tormentos;
E pera mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado:
Assim que, só pera mim,
Anda o Mundo concertado.

Lúis Vaz de Camões. (Lisboa [?], c. 1524 — Lisboa, 10 de junho de 1580) foi um célebre poeta de Portugal, considerado uma das maiores figuras da literatura em língua portuguesa e um dos grandes poetas do Ocidente.

a outra “Banalidade do Mal”



Santo António visto por João Abel Manta

Hoje, na rotina do Dez de Junho, lá houve a liturgia medalhística e o blá-blá-blá de Cavaco muito preocupado com o destino da pátria, tema que dá sempre um jeitão -- já era assim no Dia da Raça! --, sobretudo para encher a boca e o ego com Camões e os desafios épicos do país. Melhor seria descer à terra concreta onde vivem os portugueses, aos seus quotidianos tristes, às suas vidinhas desesperadas e sem horizontes. E, nessa matéria, talvez fosse bom, ao arrepio da festa, dar alguma atenção a uma fatia da realidade portuguesa que nos deve pôr os cabelos em pé.

De facto, saiu ontem, no "Público", um texto sobre uma outra "banalidade do mal", que mereceria reflexão se vivêssemos num país que ainda se incomodasse com as questões prosaicas como são a pobreza infantil e as desigualdades. É um artigo colectivo intitulado **"INFÂNCIAS POBRES E POBREZA EM PORTUGAL COMO ESCOLHA POLÍTICA"**. Logo a abrir, situa-se o problema: **"O aumento da pobreza e das desigualdades em Portugal, documentado em relatórios recentes, deve fazer-nos estremecer. As assimetrias profundas em que crescem as crianças e jovens, uma parte significativa delas sem acesso a condições consideradas básicas, colocam em causa os direitos humanos e o desenvolvimento tanto pessoal como social. Não nos podemos conformar com o argumento repetido diariamente nos noticiários da inexistência de recursos, quando, nos mesmos noticiários, poucos segundos volvidos, se documenta a circulação de enormes volumes de capital entre instituições europeias, administrações nacionais, grandes empresas, Nunca houve tantos recursos no mundo. Como permitimos que tantas crianças continuem a crescer na pobreza? Estas desigualdades de distribuição de rendimento, em Portugal como em outros países desenvolvidos, constituem um dos problemas centrais no mundo atual e o pano de fundo onde a pobreza e a pobreza infantil prosperam"**.

Os autores sublinham a dimensão deste problema político e fazem um retrato da situação portuguesa, que era bom todos termos em mente. Dizem eles:

"Neste sentido, a afirmação de que as grandes e crescentes desigualdades de distribuição de rendimento são um problema político e não meramente económico, exigindo de nós soluções políticas, tem vindo a reunir um crescente consenso entre os críticos da ideologia neoliberal do mercado-rei mesmo no seio de organizações a ela ligadas como o Banco Mundial, o FMI ou a OCDE. Em Portugal, as desigualdades de distribuição de rendimento são das maiores da OCDE e da União Europeia e os últimos dados disponíveis (2013) apontam para o seu crescimento. Em 2013, uma pessoa pertencendo aos 10% mais ricos dos portugueses tinha em média um rendimento 11,1 vezes maior que uma pessoa pertencendo aos 10% mais pobres. Associada a esta elevada (e crescente) desigualdade de distribuição de rendimento, existe em Portugal um grande número de pessoas em situação de pobreza. O seu valor caiu nos primeiros anos deste século mas, segundo o INE, o número de 2013 (19,5%) é quase idêntico ao de 2003 (20,4%). Boa parte destes pobres são crianças e jovens com menos de 18 anos, a sua taxa de pobreza é maior que a média nacional (25,6%) e é entre as crianças e jovens que esta taxa mais tem aumentado. Um número crescente de estudos vem mostrando que uma infância e juventude na pobreza têm, com frequência, consequências ao nível da saúde dos indivíduos de forma duradoura, dado que pode expô-los a níveis tóxicos e prolongados no tempo e, por via disso, reduzir a habilidade de se movimentarem na sociedade e de adquirirem competências sociais e escolares. Por outro lado, a forma como as políticas educativas têm sido desenhadas envolve, em boa parte, a exclusão dos mais pobres do sistema de ensino e, em sequência, a sua relegação para as posições menos desejáveis do mercado de trabalho, reproduzindo-se assim a pobreza ao longo da vida e entre gerações".

Aqui está uma boa reflexão para o Dia Dez de Junho. É certo que estes temas, tão dramáticos na sua própria realidade, não entram na retórica da Cavacal figura e seus adjuvantes. Mas talvez algum remorso colectivo atravessasse a sociedade se lermos como olhos de ler a epígrafe do artigo, que hoje aqui resolvi trazer, e que reza assim: **"Se a miséria dos pobres não é causada pela natureza mas pelas instituições (pelas políticas, acrescento eu, F.P.N.) grande é o nosso pecado"**. Quem o disse foi Charles Darwin, em *A Viagem do Beagle*, de 1830.

Grande pecado, disse ele.

Fernando Paulouro Neves. Jornalista

<http://www.fernandopaulouro.com/2015/06/a-outra-banalidade-do-mal.html?sref=fb>

*Se a miséria dos pobres não é causada pela natureza
mas pelas instituições grande é o nosso pecado.*

Charles Darwin in *A viagem do Beagle*, 1839

**Nunca houve tantos recursos no mundo. Como permitimos
que tantas crianças continuem a crescer na pobreza?**

Infâncias pobres e pobreza em Portugal como escolha política

O AUMENTO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES EM PORTUGAL, documentado em relatórios recentes, deve fazer-nos estremecer. As assimetrias profundas em que crescem as crianças e jovens, uma parte significativa delas sem acesso a condições consideradas básicas, colocam em causa os direitos humanos e o desenvolvimento, tanto pessoal como social.

Não nos podemos conformar com o argumento repetido diariamente nos noticiários da inexistência de recursos, quando, nos mesmos noticiários, poucos segundos volvidos, se documenta a circulação de enormes volumes de capital entre instituições europeias, administrações nacionais, grandes empresas, *off-shores*. Nunca houve tantos recursos no mundo. Como permitimos que tantas crianças continuem a crescer na pobreza?

Estas desigualdades de distribuição de rendimento, em Portugal como em outros países desenvolvidos, constituem um dos problemas centrais no mundo atual e o pano de fundo onde a pobreza e a pobreza infantil prosperam. Mais, elas estão a aumentar desde os anos 70, sendo um problema com evidentes impactos sociais e políticos. Existem estudos (como os de Richard Wilkinson, Univ. de Nottingham) que mostram que quanto maior o fosso entre os ricos e os outros, num dado país, maiores são os problemas sociais enfrentados.

As grandes desigualdades na distribuição de rendimento constituem ameaças à democracia, dado que tornam os mais pobres vulneráveis à influência dos mais ricos e os mais ricos capazes de influenciar as decisões políticas em seu favor por via da sua riqueza. Não se trata apenas de uma questão de cidadania; existe um crescente número de estudos e autores (cf. Krugman e Stiglitz ou

ainda Piketty) que argumentam que sociedades mais igualitárias são mais capazes de criar riqueza. Acrescente-se que outros estudos (cf. James Gailbraith, Univ. do Texas) mostram como o aumento das desigualdades nos anos 20 e nos anos 90 preparou o caminho para as crises económicas de 1928 e de 2008. Neste sentido, a afirmação de que as grandes e crescentes desigualdades de distribuição de rendimento são um problema político e não meramente económico, exigindo de nós soluções políticas, tem vindo a reunir um crescente consenso entre os críticos da ideologia neoliberal do mercado-rei mesmo no seio de organizações a ela ligadas como o Banco Mundial, o FMI ou a OCDE.

Em Portugal, as desigualdades de distribuição de rendimento são das maiores da OCDE e da União Europeia e os últimos dados disponíveis (2013) apontam para o seu crescimento. Em 2013, uma pessoa pertencendo aos 10% mais ricos dos portugueses tinha em média um rendimento 11,1 vezes maior que uma pessoa pertencendo aos 10% mais pobres. Associada a esta elevada (e crescente) desigualdade de distribuição de rendimento, existe em Portugal um grande número de pessoas em situação de pobreza. O seu valor caiu nos primeiros anos deste século mas, segundo o INE, o número de 2013 (19,5%) é quase idêntico ao de 2003 (20,4%). Boa parte destes pobres são crianças e jovens com menos de 18 anos, a sua taxa de pobreza é maior que a média nacional (25,6% *versus* 19,5%) e é entre as crianças e jovens que esta taxa mais tem aumentado.



Um número crescente de estudos (cf. Noble *et al*, *Nature Neuroscience*, Março 2015) vem mostrando que uma infância e juventude na pobreza têm, com frequência, consequências ao nível da saúde dos indivíduos de forma duradoura, dado que pode expô-los a níveis tóxicos e prolongados no tempo de *stress* e, por via disso, reduzir a habilidade de se movimentarem na sociedade e de adquirirem competências sociais e escolares. Por outro lado, a forma como as políticas educativas têm sido desenhadas envolve, em boa parte, a exclusão dos mais pobres do sistema de ensino e, em sequência, a sua rejeição para as posições menos desejáveis do mercado de trabalho, reproduzindo-se assim a pobreza ao longo da vida e entre gerações.

Pedro Abrantes , Maria José Casa-Nova , Fernando Diogo , Carlos Estêvão , Rafaela Ganga , João Teixeira Lopes , Benedita Portugal e Sofia Marques da Silva

PÚBLICO, 9 de Junho de 2015

Há 100 crianças a dormir nas ruas do Porto

Também há menores entre os sem-abrigo do Porto. Há famílias inteiras a viver nas ruas da cidade e quem acompanha esta realidade aponta para casos cada vez mais dramáticos. O número de pessoas sem casa aumenta a olhos vistos.



Não existe propriamente um levantamento oficial, mas dados recolhidos pelo movimento *Uma Vida como a Arte* revelam uma realidade dramática. Há, pelo menos, 100 crianças entre os 1.500 sem-abrigo referenciados na cidade do Porto.

Os números não são oficiais porque foram variando a um ritmo assustadoramente elevado à medida que os últimos anos avançaram e podem, dizem os técnicos ao *P24*, estar desatualizados. O único dado adquirido é que a “crise provocou o aumento substancial” de sem-abrigo nas ruas do Porto.

Há os estrangeiros que perderam o trabalho e não têm como regressar ao país de origem, os velhos cujas reformas deixaram de cobrir as despesas básicas, os que ainda há poucos anos integravam a chamada classe média e que o desemprego atirou entretanto para a rua. Entre outros, muitos outros, a quem vicissitudes várias levaram a um desfecho comum: a rua como único ponto de abrigo. E há os menores, crianças e jovens até aos 18 anos, que são obrigados a viver ao relento.

“Há famílias com filhos que não têm outra alternativa que não a rua. Têm sido sinalizados cada vez mais casos desses. Neste momento tudo aponta [para] que sejam cerca de 100”, revelou ao *P24* o movimento *Uma Vida como a Arte*, com base em dados recolhidos pelo seu pessoal.

Por calcorrearem as ruas da cidade com frequência praticamente diária e conhecerem de bem perto um cenário que eles próprios viveram na pele, ou ainda vivem, os elementos do *Uma Vida como a Arte* apontam uma estimativa que deverá andar muito próxima da realidade. **“Há entre 1.000 e 1.500 pessoas que não têm teto na cidade”,** calculam.

Nesta cifra, estão incluídos indivíduos que dormem literalmente na rua. E outros que, **“mesmo tendo um teto, não têm condições para o manter permanentemente e estão dependentes do Estado para não voltarem a dormir ao relento”.**

Entre estes 1.500 cidadãos, está quem literalmente dorme na rua, quem é obrigado a ocupar casas devolutas ou abandonadas porque não tem mais para onde ir e quem tem quarto de pensão pago pelo Estado mas apenas lá está autorizado a passar a noite. E, neste milhar e meio, não estão contabilizados os que recorrem a ajuda alimentar mesmo possuindo telhado permanente. **“Há cada vez mais casos de miséria permanente, é muito assustador”,** revolta-se La Salette Santos, do movimento *Uma Vida como a Arte*.

É vê-los nas filas para as refeições que várias instituições e associações entregam diariamente na cidade – no Porto, o fenómeno é uma realidade bem visível, enquanto nos concelhos limítrofes de Matosinhos, Gaia e Gondomar não se conhecem assim tantas ‘sopas dos pobres’.

De **Pedro Emanuel Santos**

<http://www.porto24.pt/cidade/ha-100-criancas-dormir-nas-ruas-porto/>